

TN 52 – Editorial

EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA: DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ À COP 30¹



Foto: Lia Tiriba, novembro 2025

Os vestígios dos 366 km da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), construída entre 1907 e 1912 simbolizam a expansão capitalista na Amazônia. Estima-se que mais de 20 mil trabalhadores de diversas nacionalidades foram arregimentados para enfrentar condições insalubres de trabalho e lutar contra a malária e outras doenças tropicais. Ao longo dessa epopeia, sucumbiram cerca de 1.500 trabalhadores. A classe trabalhadora foi formada por asiáticos, europeus e sul-americanos em geral, além de cearense, paraibanos, maranhenses e outros nordestinos que sobreviveram e por lá foram abandonados e deixados ao relento. Também significativa foi a exploração sobremaneira da força de trabalho das populações negras e afrodescendentes, destacando-se os antilhanos, vindos em sua maioria de Barbados e da Jamaica.

¹Editorial recebido em 01/10/2025. Aprovado pelas editoras em 03/12/2025. Publicado em 10/12/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i52.70020>

Depois da compra de terras bolivianas pelo Brasil (em 1903), hoje Estado do Acre, o objetivo da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de Porto Velho a Guajará-Mirim, era favorecer a extração e transporte látex extraído dos seringais para exportação e produção de borracha, o que, na perspectiva da reprodução ampliada do capital, não seria possível sem a exploração da força de trabalho e de outras forças da natureza. Com o fim do chamado ciclo da borracha, que se deu entre 1879 e 1921 e que obteve sobrevivência durante a segunda guerra mundial, entre 1942 e 1945, a ferrovia foi desativada em 1972, deixando por lá os rastros do avanço da expansão capitalista sobre outros modos de produção da vida.²

Como nos indica William Souza (2020, p.87)³, “com o fim da guerra e o surgimento da borracha sintética, os seringueiros passam a não ter valor nenhum para o Estado e a figura do Soldado de Borracha não faz mais sentido”. Abandonada pelos homens-de-negócio, a ferrovia também deixou trabalhadores e trabalhadoras que acabaram por se fixar nas terras, rios e florestas: são hoje homens e mulheres que insistem em reafirmar seus modos de vida tradicionais: são ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores, castanheiros, seringueiros e outros extrativistas abrigados em RESEXs, como a Reserva Extrativista do Rio Preto, que abrange cerca de 185 mil hectares nos municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Em pesquisa de campo realizada em Rondônia, em novembro/2025, junto ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO)⁴, foi possível ir até a cidade de Guajará-Mirim pelas rodovias BR 364 e BR 425, que substituíram a antiga ferrovia. Ali é possível atravessar de barco para a zona franca de Guayará-Mirim, na Bolívia, onde turistas e a população em geral compram frutas, legumes, perfumes, celulares e uma variedade enorme de produtos industrializados.

Do lado brasileiro, além dos vestígios da linha de trem, ficou o prédio da estação final da EFMM, situada na pacata Guajará-Mirim, que hoje tem cerca de 47 mil

² Ver documentário da TV 247 - Os 110 anos da lendária estrada de ferro Madeira-Mamoré. Disponível em: <https://youtu.be/SuUdiw4Jbcs?si=IFzzi5THFhOghrJZ>. Acesso em 28 de novembro de 2025.

³ SOUZA, William Kennedy do Amaral. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re) afirmação de modos de vida como forma de resistência. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2020.

⁴ Participaram do trabalho de campo a Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa, Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), a Profa. Dra. Mônica do Carmo Apolinário de Oliveira, diretora do Departamento de Inclusão e Diversidade - DEID (IFRO Campus Ji-Paraná) e o Prof. Dr. William Kennedy do Amaral Souza (IFRO Campus Vilhena), coordenador do Projeto de Extensão “Comunidades Fortes”. A eles/as agradecemos pela acolhida acadêmica.

habitantes. Para mitigar os danos do modo de destruição capitalista, a expectativa é a restauração do prédio, de estilo eclético, para criação do Museu Histórico Municipal de Guajará-Mirim. Os recursos serão oriundos da Usina Hidrelétrica de Jirau, empresa responsável por impactos ambientais na floresta amazônica, entre eles o deslocamento de povos e comunidades tradicionais para lugares distantes do rio, e muitas vezes, com a possibilidade do lençol freático pode estar contaminado.

Ainda sobre arte e cultura, registramos que no evento folclórico “Duelo de Fronteiras”, realizado em novembro de 12 a 17 de novembro de 2025 em Guajará-Mirim, o boi-bumbá Malhadinho (agremiação número 12, de cor azul) e Flor do Campo (agremiação número 13, de cor vermelha) se enfrentaram mais uma vez para disputar o festival de tradições indígenas e caboclas da região amazônica. Na festa considerada patrimônio cultural imaterial de Rondônia, as músicas, danças, fantasias e alegorias grandiosas expressavam a necessidade da luta em defesa da floresta; reivindicavam o reconhecimento e valorização dos saberes ancestrais, alertando sobre os perigos do desmatamento exacerbado que pode nos levar ao colapso do planeta e à extinção da vida dos seres humanos - questão essa discutida na COP 30.

Como expressão maior da realidade brasileira, as contradições inerentes ao capitalismo nos revelam que a paisagem natural, econômica e cultural de Rondônia é deveras adversa. Drones, sensores, software à base de inteligência artificial garantem agricultura de precisão com otimização dos recursos para o aumento da produtividade e, portanto, para a reprodução ampliada do capital. De um lado, expansão do agronegócio, grilagem, desmatamento, desflorestamento, assassinatos, perseguição de lideranças das comunidades tradicionais. No ano de 2023, em comparação com o ano anterior, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou o aumento de 113,7% de conflitos no campo em Rondônia.

Premidos por violação dos direitos humanos, sobrevivem com muita dificuldade os Aikanã, Akuntsu, Amondawa, Apurinã, Arikapú, Aruá, Cinta Larga, Djeoromitxí, Karipuna, Oro Wari (Pacaás Novos), Macurap, Jaboti, Canoe, Wajuru, Tupari e Puruborá e outras etnias indígenas. Indignados, indígenas de uma aldeia Karipuna, em Rondônia, nos contaram que na época da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, existiam cerca de 10 mil pessoas da mesma etnia. Foram dizimados. Nessa aldeia, até três meses atrás, restavam apenas 07 (sete) pessoas, entre adultos e crianças. Passaram a ser 08 (oito) pessoas, quando nasceu Endrick,

o mais novo Karipuna, que tivemos o prazer de conhecer. Estimam que existam, no total de aldeias, apenas 60 Karipuna na luta em defesa de suas terras, que sofrem invasão para retirada de madeira.

A expansão capitalista na Amazônia não se reduz à história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mas representou um marco dos processos de colonização e industrialização no Brasil. A acumulação primitiva e permanente do capital está fortemente presente nos dias de hoje, repercutindo na precarização da vida dos povos e comunidades tradicionais não apenas no bioma Amazônia, mas nos demais biomas: Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa.

Durante a estadia em Rondônia, acontecia em Belém a COP 30 - 30a Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), entre os dias 12 e 16 de novembro. A carta final da Cúpula dos Povos, evento paralelo que reúne movimentos sociais e organizações da sociedade civil, reconhece que “o avanço da extrema direita, do fascismo e das guerras ao redor mundo exacerba a crise climática e a exploração da natureza e dos povos”. Indica que “não há vida sem natureza” e que, depois de dois anos de construção coletiva para realizar a Cúpula, afirmam, entre outros que “o modo de produção capitalista é a causa principal da crise climática crescente”, que “a transição energética está sendo implementada sob a lógica capitalista” e que “a privatização, mercantilização e financeirização dos bens comuns e serviços públicos contrariam frontalmente os interesses populares”. Além o fim da exploração dos combustíveis fósseis e do combate ao racismo ambiental, exigem “a demarcação e proteção das terras e territórios indígenas e de outros povos e comunidades locais, uma vez que são quem garantem a floresta viva” e reivindicam, entre outros, “a concretização da reforma agrária popular e o fomento à agroecologia, para garantia da soberania alimentar e combate à concentração fundiária, torna-se fundamental”. Na busca de unificar forças para enfrentar o inimigo comum, conclama-se: “Povos do mundo: Uni-vos”.

A COP 30 reafirmou, por consenso de 200 países, o compromisso com o Acordo de Paris, bem como a necessidade de mitigação da mudança climática com a chamada transição energética. Como assinalou Chico Mendes: “Ecologia sem luta de classes é jardinagem”; assim, no contexto de grande mobilização internacional, devemos festejar as poucas vitórias, como o anúncio da criação de 10 terra indígenas,

entre elas a dos Munduruku, Tupinambá e Guarani-Kaiowá. Mas, não devemos parar por aí, seguindo adiante na luta pelo fim do capitalismo.

Sobre os resultados do evento, no texto “*COP 30, mercados verdes e os limites do ecocapitalismo*”, publicado no blog da Boitempo, Henrique Tahan Novaes afirma que 2025 não poderia ser pior o contexto para a realização da COP 30 no Brasil, ano em que foi aprovado o PL da Devastação, houve a liberação de mais agrotóxicos, e além disso, a prospecção para exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. Sem falar dos 10 anos dos crimes da Vale do Rio Doce em Mariana e Bento Rodrigues. Como ele, acreditamos que “do mato da COP 30 não sairá nenhum cachorro. Ao contrário, a COP 30 é um grande balcão de negócios “verdes” do grande capital”. Ao invés de buscar soluções paliativas para a crise climática, “o comunismo ecológico, também chamado de [ecossocialismo](#) é a única alternativa para que a humanidade possa viver em harmonia com a natureza”.

Fazendo jus à defesa do Estado de Direito e na luta contra o desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, também devemos comemorar sua prisão preventiva no dia 22 de novembro, depois de ter tentado violar sua tornozeleira eletrônica.

Não menos importante é comemorar a segunda parte de “Marxismo, arte e educação”, publicada em nossa revista, criada no ano de 2003, e que se fundamenta no materialismo histórico-dialético, entendido como modo de interpretação e transformação do mundo. Nessa perspectiva, sabendo que a Arte tem um papel fundamental no processo de leitura e construção da realidade, queremos situar aqui a Arte Engajada não como mera fruição para o deleite do espírito, mas como parte do bem comum, em que homens e mulheres possam refletir sobre o sentido da vida e produzir uma nova realidade humano-social.

Especificamente sobre a situação da Amazônia, o filme Fitzcarraldo (1982), de produção Alemã-Peruana, dirigida por Werner Herzog e atores como Klaus Kinski e José Lewgoy, retrata uma Amazônia rica econômica e culturalmente, dado pelo áureo Ciclo da Borracha, que para a burguesia tudo e para a classe trabalhadora da época, uma miserabilidade enorme. Dessa época, a burguesia usufruía do desenvolvimento artístico no Norte, com as melhores produções, incluindo o acesso ao Teatro do Amazonas, fundado em 1896, em Manaus. Se o filme retrata um período de riqueza para a burguesia, para a classe trabalhadora retrata um período de pobreza e de condições de trabalho e de vida aviltantes, incluindo a prostituição de meninas e

mulheres amazonidas. O filme retrata um período, que acaba se repetindo em vários momentos da história do povo trabalhador do norte brasileiro, e que repercute na situação atual das populações ribeirinhas, dos povos originários e quilombolas que, com seus saberes ancestrais, lutam por melhores condições de vida para si e para os demais seres do planeta.

E como não pensar nos desafios da educação integral com princípios da formação humana omnilateral? Há um saber acumulado historicamente pela humanidade que precisa ser socializado e articulado com a produção de outros saberes. Esses saberes acumulados historicamente devem ser entendidos como bem comum, direito de todos os seres humanos.

Da Estrada de Ferro Madeira Mamoré à CPO 30... Sair da cidade e do campo, do centro e do interior, e chegar aos povos originários e comunidades tradicionais é de fundamental importância. Isso se queremos pensar e propor uma educação socialmente de qualidade para todos/as na educação básica e superior. Mas, que medida tem sido possível a articulação entre saberes da experiência viva do trabalho e saberes técnico-científicos, fundamentais para a construção de novas relações entre seres humanos/natureza?

Assim como o número anterior, a TN 52 foi organizada por **Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva** (UDESC) e **Maria Amélia Dalvi** (UFES), a quem agradecemos a dedicação. Desejamos que os textos publicados nesta edição contribuam para refletir sobre a importância da Arte na formação humana. Sabemos que são muitos os desafios e que a luta de classes é fundamental no embate entre trabalho e capital.

Boa leitura, belas reflexões e boas energias em 2026 e sempre.

Lia Tiriba, Jacqueline Botelho e Adriana Barbosa (Editoras)⁵

⁵ Com agradecimentos a William Kennedy do Amaral Souza e José Luiz Antunes, colaboradores da Revista Trabalho Necessário, pelas contribuições a este editorial.